

O MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA E A QUESTÃO URBANA EM CURITIBA (1986-1992)*

*Celene Tonella***

Resumo. O artigo tem por objetivo resgatar a história de luta dos trabalhadores pobres por um lugar para morar na cidade de Curitiba, Paraná. Os vigorosos movimentos pela ocupação do espaço urbano eclodiram em vários pontos da cidade, no período de 1988 a 1992, com destaque para as ocupações do Xapinhall e Ferrovila. A experiência vivenciada pelos trabalhadores pobres foi singular em cada localidade, no entanto, as lutas populares tornaram-se instituintes e questionaram a estrutura dominante, articularam setores sociais heterogêneos e avançaram na construção de um novo tecido social.

Palavras-chave: movimentos sociais; ocupações urbanas; trabalhadores.

THE HOUSING POPULAR MOVEMENT AND THE URBAN ISSUE IN CURITIBA (1986-1992)

Abstract. The article has the purpose of discussing the history of low income workers' struggle for a place to live in the urban area of Curitiba PR Brazil. Strong movements of urban area occupation came to light in several points of the city, especially the Xapinhall and Ferrovila occupations. The experience lived by low income workers was unique in each settlement. Popular movements became organized forces which questioned the dominant structure, articulated heterogeneous social sectors and headed towards the construction of a new society.

Key words: social movements; urban occupations; workers.

INTRODUÇÃO

A luta pela conquista de um lugar para morar por parte dos trabalhadores pobres dificilmente ganha visibilidade e, quando acontece,

* Os Movimentos por Moradia aqui abordados foram originalmente analisados em minha tese de doutorado, TONELLA (1997).

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

não raro as iniciativas são tratadas pelos órgãos de comunicação e autoridades no limite entre a arruaça de desocupados e oportunistas e a luta por direitos. A forma de articulação mais visível em tempos recentes tem sido a da ocupação de prédios desabitados em regiões centrais dos grandes centros urbanos, pelo chamado movimento dos “sem-teto”.

No meio acadêmico, a análise focando os movimentos populares por moradia teve seu grande momento nos anos 1980, auge dos chamados novos movimentos sociais. São referências de análises desses fenômenos essencialmente urbanos os trabalhos de BOSCHI (1982 e 1983) MOISÉS (1977 e 1982), JACOBI (1982), VALLADARES (1981) e KOWARIK (1988), entre outros. Os trabalhos tiveram como centralidade a análise que privilegiava o sujeito a partir de sua inserção, não só em relação ao sistema produtivo, mas também no processo da reprodução social. Claramente verifica-se a adoção de um novo paradigma como alternativa ao marxismo clássico. No entanto, outro conjunto de trabalhos foi produzido buscando diminuir o grau de generalidade característico da produção citada e admitindo a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades, cujos referências teóricas recaíam sobre Guattari, Castoriadis, Thompson, Laclau e Evers. A dimensão sociocultural passou também a estar presente, e noções como a de direito, de cidadania e de democracia de base passaram a compor as análises¹.

O movimento popular por moradia de Curitiba, analisado a seguir, ocorreu não mais sob a égide do autoritarismo, já que seu período foi de plena reorganização democrática. A nova dinâmica política fez com que o movimento assumisse características diferenciadas daquela do simples enfrentamento do poder público, característico de todo o período autoritário. No caso em tela, os espaços de negociação se ampliaram, os mediadores do conflito se mostraram diversificados e, por fim, os agentes sociais e políticos envolvidos possuíam múltiplas inserções: enquanto participantes de associações de moradores, de membros da Igreja Católica e de partidos políticos.

Por iniciativa de múltiplos sujeitos, a cada ano, a partir de 1988, a periferia de Curitiba viu brotar, na calada da noite dos meses de temperatura mais quente, centenas de acampamentos em terrenos públicos e privados. Iniciou-se, nesse ano, um vigoroso movimento

¹. SCHERER-WARREN E LÜCHMANN (2004) produziram recentemente um elucidativo texto acerca da trajetória dos movimentos sociais.

popular pela conquista do espaço urbano, que só teve um desfecho favorável em 1993. O ano de 1989 fechara com mais de 180 ocupações em terrenos públicos e quase 40 em terrenos particulares, num total de 10 mil famílias acampadas nessas áreas, segundo informações contidas em matérias de jornais e com base em dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O violento processo de exclusão urbana, ancorado num padrão capitalista de desenvolvimento periférico (KOWARIK, 1988), fez com que milhares de pessoas desencadeassem movimentos de luta pela conquista de um lugar para morar.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), nessa época apenas 7,3% da população da cidade, isto é, 117.237 pessoas, viviam em habitações precárias. Em 1993, o mesmo Ippuc fez um relatório sobre as áreas inadequadas no município de Curitiba e apontou a existência de 44.713 domicílios nesta situação! Ao se calcular uma média de cinco pessoas por domicílios, tem-se o número de 223.565 pessoas, ou seja, 14,30% da população total de mais de um milhão e meio de pessoas, sobrevivendo em condições ainda precárias (Ippuc,1993). Os dados apenas demonstram que a luta por uma moradia digna teve sua primeira conquista após a intensificação das manifestações, conquista que foi representada pela obtenção dos lotes, alguns financiados pelo poder público.

Em cada caso que compôs a matéria-prima dos movimentos por moradia, o desespero era sempre o mesmo: trabalhadores pobres da periferia da capital que estavam na fila da Companhia de Habitação (Cohab) havia muito tempo e que não conseguiam mais pagar aluguel ou já estavam morando de favor em casas de parentes. O drama individual pode ser monotonamente multiplicado por milhares de famílias. O dado concreto da insuficiência de moradias para atender as camadas populares, somado ao entendimento, por parte dos envolvidos nas lutas, de que o acesso à moradia é um direito primordial, foi elaborado em nível mental e o resultado da equação foi o reconhecimento da justiça em ocupar os terrenos. Em outras palavras, ocorreu a releitura do direito liberal na perspectiva do movimento: o direito à moradia sobrepõe-se ao direito à propriedade.

A crença primordial, baseada nessa indignação moral (MOORE, 1986) de que é injusto alguns terem tanto a ponto de deixarem terras ociosas à espera de valorização e outros não terem nem ao menos onde morar, foi o ponto de partida para dar sustentação em nível de discurso para o movimento. Ao acreditarem em seu movimento, os habitantes da

periferia curitibana encontraram uma forma de enfrentar e de interagir com o poder político e econômico.

Outra característica que marcou o movimento por ocupação coletiva de terras foi a capacidade que este teve em produzir efeitos multiplicadores e difusores, quer por iniciativa direta das lideranças, quer como um exemplo a ser seguido. Parte dos integrantes dos órgãos do governo, vários políticos e parte da imprensa buscaram caracterizar as ocupações como fruto de oportunistas que teriam criado a "indústria das invasões"; mas o fato é que, a partir da primeira ocupação na região, em 1988, que passou a ser conhecida como Xapinhall, ocorreu em Curitiba, e também na região metropolitana, um efeito "bola de neve" de ocupações de terrenos públicos e particulares que começaram a pipocar, de forma organizada ou de forma espontânea.

A análise se centrará nos dois principais movimentos por moradia em Curitiba -- Xapinhall e Ferrovila -- e as ações deles derivadas. No entanto, as raízes mais profundas que explicam o desequilíbrio entre oferta e demanda por moradia encontram-se no modo como as intervenções públicas e os interesses privados foram modelando o espaço urbano local.

O PLANEJAMENTO URBANO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CURITIBA

O trabalho esteve sempre permeado pela tensão entre a preocupação e investimentos concretos das autoridades e das elites na construção de uma metrópole "de Primeiro Mundo" ou "da Capital Ecológica" e as necessidades de parcelas da população excluídas de seu planejamento. Nos termos de Rolnik, foi se estruturando uma cidade legal em paralelo a uma clandestina: *Indissociável do nascimento de um modelo de cidade "legal" está a emergência do tema da cidade "clandestina", ou seja, que não se enquadra nos princípios estabelecidos na legislação* (ROLNIK, 1990, p. 21). Torna-se premente conhecer o histórico dessa tensão.

A Curitiba das primeiras décadas do século XX exibia a riqueza acumulada com a cultura do mate e a extração da madeira de pinho e passava por transformações que impressionavam. "Avenidas e praças se alargavam, deixando brotar às suas margens edificações modernas e limpas, no mais belo estilo **art-nouveau**", segundo um representante da elite local.

Os cuidados com o aspecto da cidade não datam apenas do início do século, longe disso. Há toda uma história posterior nesse campo. Em 1943, a prefeitura chamou uma empresa de São Paulo para elaborar um novo plano diretor para a cidade. Esse plano foi elaborado pelo famoso arquiteto francês Alfred Agache, que acabou por dar seu nome ao plano. O plano Agache dividiu a cidade em zonas funcionais: um centro comercial, um centro administrativo (Centro Cívico), uma cidade universitária, um setor militar, várias zonas residenciais. Em seguida idealizou um conjunto de vias de circulação, com vários círculos sucessivos, que se propagavam a partir do centro.

O Plano Agache não foi inteiramente implementado por um conjunto de motivos, o principal dos quais foi *o rápido e imprevisível crescimento da cidade de Curitiba* ⁽²⁾. Concepções da necessidade de planejamento, contudo, já estavam enraizadas no projeto urbanístico das elites políticas. O curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, criado em 1962, só contribuiu na direção dos anseios urbanísticos.

Foi em meados dos anos 1970 que ocorreu a grande diáspora no meio rural paranaense e grandes contingentes populacionais migraram para as cidades. Expulsas devido às transformações na estrutura fundiária e, também devido aos fenômenos climáticos, que atingiram os cafezais, principalmente no ano de 1975, levadas inteiras de trabalhadores rurais desempregados circulavam sem rumo pelo território paranaense.

É bastante elucidativa, para desnudar o perfil das camadas dirigentes de Curitiba, a forma de controle criada pela prefeitura para impedir a entrada de imigrantes que chegavam das áreas atingidas. Criaram a chamada **Operação Inverno**, que consistia *em promover, da forma mais rápida e definitiva possível, a “devolução” para o local de origem das pessoas que chegavam sem recursos, buscando assistência médica ou ocupação* (*Revista Panorama, 1975, P. 26*). Nesse momento, a imprensa chegou a apontar a cifra de 700 mil desempregados com as geadas de julho de 1975. Não obstante as medidas repressivas, a região metropolitana de Curitiba cresceu nos anos 1970 a uma taxa de 5,8% ao ano, sendo a maior do país (MAGALHÃES, 1992, p. 8)

A década de 1970 significou um divisor de águas no que se refere ao perfil populacional curitibano e também à ecologia urbana. Foi nesse

². Em 1960, a cidade de Curitiba possuía 180 mil habitantes e este número passou para 500 mil em 1970. O que resulta numa taxa de crescimento anual de mais de 7%.

período que se diversificaram as alternativas de moradia da população pobre. Parte ainda estava vivendo em cortiços, no centro da cidade, mas a periferização significou um caminho sem volta para a maioria. A polarização entre a cidade legal e a cidade clandestina tornou-se evidente a partir de então. Essa década marca, também, o início de obras transformadoras do meio urbano, mas, a esse respeito, torna-se necessário retroceder alguns anos. Em 1965, foi elaborado o chamado Plano Serete, que teve a contribuição, entre outros, do arquiteto Jorge Wilhelm. Foi também em dezembro de 1965 a data da realização do seminário **Curitiba do Amanhã** e da criação do Ippuc.

O Plano, que se transformou em projeto - ousado para a década de 70 -, interferiu na concepção paisagística da cidade, alterou seu anel viário, eliminando ruas de grande trânsito que cortavam o centro da cidade e criando um anel de circulação central. Houve, ainda, o que chamaram "pedestrelização" do centro, isto é, a eliminação do trânsito de veículos de ruas do centro. O projeto iniciou-se com a Rua XV de Novembro. Outro componente do plano foi a criação da CIC - Cidade Industrial, que atraiu para o local indústrias de porte. Datam dessa época, também, mudanças no transporte coletivo, cujas soluções foram exportadas para outros países. O órgão da estrutura administrativa responsável pela implementação do projeto foi o Ippuc. Em depoimento posterior, Jorge Wilhelm considerou que "o Plano Diretor de Curitiba está(va) mais ou menos 500 mil habitantes atrasados". Disse essa frase num momento em que Curitiba ultrapassava um milhão de habitantes

A área de planejamento urbano definiu o crescimento da cidade em direção ao norte, região que recebeu investimentos em infra-estrutura. Mesmo assim, os novos contingentes populacionais se instalaram na região sul e a área cresceu *dois mil por cento em dez anos* (CEFURIA, 1990).

A revista **Panorama** (1975, p. 26) faz uma esclarecedora exposição desse outro lado da cidade que não recebeu a atenção das equipes de planejamento:

A inexistência de redes de água e esgoto obriga os moradores a se utilizarem de uma fonte próxima à rua Marechal Floriano, distante, para muitos, de mais de um quilômetro...

Quando chove, o único meio de locomoção possível são as canoas, que os moradores mais prevenidos já têm em casa... (Revista Panorama).

O nome do arquiteto Jaime Lerner ligou-se definitivamente à cena política de Curitiba. Durante dois períodos ocupou o cargo de prefeito municipal, enquanto nome indicado pelo governador -- 70- 75 e 79-82. Contudo, quando tentou sua primeira eleição direta para a prefeitura, em 1985, foi derrotado por Roberto Requião ⁽³⁾. Em 1988 conseguiu finalmente ser eleito para o cargo, e nesse período seu nome já fazia parte do cenário político nacional, sempre ligado às questões urbanísticas.

No *marketing* político ligado ao seu nome sempre aparecera a parte "visível" de Curitiba, aquela que era um colírio para os olhos daqueles que a visitavam e a visitam: repleta de parques e jardins arborizados, de alternativas criativas de comércio como a Rua 24 Horas, de ônibus "ligeirinhos", da Ópera de Arame e do Jardim Botânico.

Ao longo dos anos em que permaneceu à frente da prefeitura, as mudanças implementadas em termos de planejamento urbano propiciaram a constituição de ampla base de apoio. As transformações no Plano Diretor da cidade sob a batuta de Lerner e do Ippuc, desde a década de 1970, foram acolhidas, por -- não desinteressado -- consenso das elites políticas, econômicas e culturais curitibanas.

Pode-se pensar em três grupos econômicos que seriam diretamente prejudicados ou beneficiados pelas políticas adotadas no campo do planejamento: empresários dos transportes coletivos, os grandes proprietários fundiários e os industriais. Ao adotar um planejamento em que eram previstos eixos viários, eixos comerciais etc., o poder público municipal abriu um leque imenso de possibilidades para aqueles interessados na especulação imobiliária, que podiam adquirir terras e ficar confortavelmente à espera de sua valorização.

As elites econômicas, interessadas em especular com as áreas vazias, tinham acesso antecipado às informações referentes às benfeitorias. OLIVEIRA (1995, p. 238-9) demonstra mais amplamente como o setor do capital imobiliário (empresas incorporadoras, imobiliárias e construtoras) conseguiu, ao longo dos anos, atuar de forma articulada em defesa de seus interesses e influenciar o padrão de urbanismo de Curitiba. Essas articulações passaram pelas entidades de classe: Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon),

3. Lerner perdeu por pequena margem de votos. A eleição fora polarizada entre um candidato identificado como um tecnocrata, por nunca ter sido conduzido a cargos públicos via eleição, e um outro, que se apresentava como "representante do povo".

Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato das Empresas de Compra, Venda Locação e Administração de Imóveis do Paraná (Secovi).

Os industriais também não viram seus interesses prejudicados pela política de planejamento urbano. Já em 1970 foi criada a Cidade Industrial de Curitiba -- CIC -- inicialmente subordinada à Urbs, Urbanização de Curitiba -- que, posteriormente, transformou-se em uma empresa autônoma. Em 1973, foi firmado um convênio entre a prefeitura e o governo do Estado para viabilizar a implantação definitiva da CIC. Coube à prefeitura, através da Urbs, a liberação de áreas (num total de 40.000m²), muitas delas consideradas de utilidade pública, e, ainda, os serviços de terraplenagem e pavimentação. Ao governo do Estado coube o serviço de infra-estrutura de água e esgoto através da Sanepar, energia elétrica através da Copel, telefone e telex através da Telepar, além da concessão de financiamento para implantação ou expansão de indústrias através do Banco de Desenvolvimento do Paraná -- Badesp.

O período 1964 - 1982 foi marcado pelo planejamento tecnocrático, cuja principal característica era buscar implementar uma racionalidade ao espaço urbano. O modelo, que vinha desde o Plano Serete, era o de uma cidade que se expandiria linearmente, a partir do centro tradicional, pelas chamadas (vias) "estruturais". Esta concepção de planejamento sofreu uma interrupção em função das mudanças políticas, que levaram à prefeitura, por duas gestões, membros do PMDB. Em 1982, o PMDB elegeu o governo do Estado e o prefeito indicado foi Maurício Fruet. Em 1985, com o restabelecimento das eleições diretas para os prefeitos das capitais, Roberto Requião elegeu-se prefeito. Nesse longo período de seis anos houve um redirecionamento técnico e também político no traçado urbano. A análise técnica apontou que a cidade não se expandia de forma **linear**, mas **pontual**: havia os núcleos do Juvevê, do Portão, da Vila Hauer, do Bacacheri. A nova proposta recebeu o nome de Projeto Aldeamento e baseou-se num desenvolvimento **plurilinear**, que daria estímulo a centros de convivência no próprio bairro.

Houve uma retomada do planejamento urbano nos moldes tecnocráticos com o retorno de Jaime Lerner, em 1988.

O movimento popular curitibano, a partir dos anos 1960, manifestou-se frente às transformações urbanísticas em curso, em maior ou menor grau. O envolvimento da população pobre, o grau de

mobilização e de conhecimento técnico sobre as medidas implementadas foram-se transformando ao longo dos anos, num sentido crescente.

Nessa fase, a população pobre, acrescida das levas de migrantes que se instalaram na cidade, resolvia como podia a questão habitacional. Com o salário suficiente apenas para alimentação, as pessoas tinham como opção continuar a morar em cortiços ⁽⁴⁾, migrar para a periferia, para casas com aluguéis mais baratos, ou tentar comprar um terreno a baixo preço e ir construindo conforme podiam. Essa última alternativa fez prosperar o comércio de lotes irregulares.

A luta pela regulamentação dos loteamentos clandestinos foi a primeira luta que marcou o cotidiano da população recém-estabelecida na cidade, já na década de 70. Num quadro de fragilidade dos diversos movimentos sociais, ganhavam destaque os movimentos reivindicatórios pela posse da terra, moradia, luz, água, saneamento. A partir de 1977 ocorreu a formação das primeiras associações de moradores em Curitiba: a primeira foi a de Vila Formosa, vindo em seguida as associações de Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz. Estas associações foram passos importantes dentro do movimento popular, pois, embora a mobilização não fosse intensa, seus estatutos serviram de base para as entidades posteriores, fundadas entre 1978 e 1979, basicamente na região sul da cidade (GARCIA,1990, p. 76) O povoamento desordenado da região sul, nas décadas de 70 e 80, fez crescer o número de loteamentos clandestinos, e a legalização de lotes continuou sendo a principal batalha do movimento popular durante anos. Muitos moradores de bairros periféricos levaram décadas para conseguir a legalização de seus lotes.

Em 1980 houve um salto organizacional importante: as primeiras associações de moradores decidiram promover uma luta conjunta e fundaram o Conselho de Representantes, cuja primeira comissão executiva foi formada pelo presidente de cada associação de moradores mais dois representantes de cada uma. Esta iniciativa resultou, em 13 de julho de 1980, na organização do **I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba**, com 35 associações presentes. Em 1982 surgiram duas entidades ligadas à luta por moradia: a União Geral dos Moradores de

4. Uma série de reportagens na imprensa, no início da década de 80, apontava a existência de inúmeros casarões na região central, transformados em cortiços. "Cortiços, uma praga da crise urbana". **Jornal do Estado**, 29/9/83. "As moradas da crise". **Correio de Notícias**, 26/10/84, e "O sonho da casa própria". **Jornal do Estado**, 24/4/85.

Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e o Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Em 1983 ocorreu o **II Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba**, que contou com a participação de 79 associações de moradores (GARCIA, 1990.)

No que diz respeito, especificamente, à questão do déficit de moradias, o que se tem é que soluções não surgiram em nenhuma das administrações do período. Ao se analisarem os dados fornecidos pela Cohab-CT constatou-se que os números eram pouco animadores.

No longo período compreendido entre os anos de 1967 e 1988, detecta-se uma média anual de apenas 1.833 unidades entregues entre casas, lotes e apartamentos. Isso significa concretamente que, muito embora posturas diferenciadas tenham sido tomadas frente à questão do planejamento urbano, nenhuma das propostas logrou resolver o déficit habitacional.

A Cohab de Curitiba apontava, em 1989, a existência de 40 mil famílias, com renda abaixo de três salários-mínimos, cadastradas à espera de financiamento para moradia. Não havia qualquer perspectiva de atendimento das demandas por conta de uma política nacional de habitação e, por outro lado, não existia nenhuma linha de crédito para o financiamento de habitações populares. Ao mesmo tempo, o espaço urbano estava intercalado de grandes estoques de terrenos desocupados ou com potencial construtivo ocioso. Registrava-se uma grande oferta de lotes urbanizados, valorizados por sua localização (como na ZR-2), mas com preços de mercado inacessíveis para a população de baixo poder aquisitivo.

Se houvesse vontade política, as diversas administrações municipais poderiam ter criado um instrumento fiscal que colocasse essas áreas ociosas no mercado. Este instrumento estaria baseado, principalmente, em alíquotas progressivas do IPTU sobre terrenos ociosos.

AS OCUPAÇÕES DO XAPINHAL E DA FERROVILA

O movimento popular, frente ao quadro exposto para o setor, começou a se organizar ainda durante a gestão de Roberto Requião e a elaborar propostas concretas. Ao mesmo tempo, surgiu, em todo o território nacional, a bandeira pela REFORMA URBANA, motivada, basicamente, pela articulação popular em torno da apresentação de

propostas populares à Assembléia Constituinte, mas todas as condições objetivas estavam presentes para os acontecimentos que se seguiram, a partir de 1988.

Nesse ano, ocorreu a ocupação da área conhecida por Xapinhal, fruto de um trabalho organizado por 16 entidades comunitárias dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão. O movimento teve início em 1986 e seu objetivo central era resolver o problema de moradia para a população desses bairros.

O jornal Folha de Londrina, ainda em maio de 1987, publicara uma matéria intitulada "Curitiba também pode sofrer invasões urbanas", na qual aparecia toda a precariedade das condições de vida na periferia curitibana. O principal líder, das associações de bairro, senhor Manoel Proença, presidente da Associação de Moradores do Bairro Demawe, previa, ou "ameaçava" (conforme constava na reportagem) o poder público com um surto de invasões, caso o grave problema da moradia não fosse solucionado. Numa região repleta de espaços vazios (cita a cifra de 400 alqueires ou 1.000 hectares), a população estava vivendo no que se pode considerar uma nova modalidade de moradia, fruto do desespero: os cortiços da periferia.

À época da reportagem, o movimento por moradia começava a agregar mais associações de moradores, as quais chegaram ao número de 16 entidades. Apesar dos casos extremos apresentados na reportagem, havia ainda um grande número de famílias que tentava permanecer em suas habitações alugadas. O momento da conjuntura política e econômica nacional era o do início dos planos econômicos. O Plano Cruzado, criado em fevereiro de 1986, começou a fazer água no final desse mesmo ano e início de 1987: os preços, inclusive dos aluguéis, foram descongelados e os salários não acompanharam o ritmo, sofrendo perdas. Em junho de 1987, foi substituído pelo chamado Plano Bresser, que registrou uma inflação inicial de 3,05% em julho de 1987, mas terminou, em janeiro de 1989, com a inflação na casa de 37% ⁽⁵⁾.

Frente a esse quadro de desesperança, em 1988 ocorreu a primeira ocupação, numa área particular, denominada Sítio Cercado.

5. Fonte: Amorim (1994). O artigo apresenta, para o período de 1981 a 1991, a ocorrência de: 8 programas de estabilização; 15 políticas salariais; 54 controles de preços; 18 políticas cambiais; 21 propostas de negociação da dívida externa; 11 índices diferentes de inflação; 5 congelamentos de preços e salários e 18 determinações para corte de gastos públicos.

Nesta ocupação, os números finais apontaram a participação de 16 associações de moradores, 3.200 famílias e mais de 10 mil pessoas. Os organizadores do movimento sabiam que era muito difícil permanecer naquele terreno particular; o objetivo principal era interagir com o poder público e pressioná-lo a apontar alguma solução, como a realocação das famílias em outra área.

Todo o processo levou aproximadamente dois anos para se concretizar, e para viabilizá-lo foram realizadas reuniões periódicas nas comunidades formadas a partir de um núcleo básico, que se confundia com as “comunidades eclesiais de base” da Igreja Católica. Finalmente, a opção escolhida foi efetuar a ocupação numa madrugada de domingo, 9 de outubro de 1988, quando cerca de 400 famílias de baixa renda ocuparam a área particular escolhida, na região do Boqueirão. A estratégia de ação adotada pelo movimento, de ocupar a área sem prévia divulgação e na madrugada de um final de semana prolongado (10 de outubro era feriado), impediu que medidas policiais fossem tomadas no sentido de expulsar os ocupantes com base no flagrante, que se justifica até 24 horas após o fato ocorrido. Assim, *ninguém deveria saber o local ...só mesmo a coordenação do movimento pela moradia.*

Nos dias posteriores ao 9 de outubro, a imprensa não pôde compreender, ou não quis compreender, a dinâmica da ocupação. Os jornais registravam apenas que, a cada noite, aumentava o número de famílias. Por exemplo, no dia 12 de outubro foi noticiada a presença de 600 famílias (Gazeta do Povo).

O afluxo de famílias para a área atingiu uma dimensão tal que extrapolou em muito as expectativas daqueles que se prepararam longamente para o acontecimento. No total, foram oito levas de ocupação, chegando a ocupar a totalidade da área de 441 mil metros quadrados.

Após a perda de controle de entrada das famílias, começou um processo interno de organização. Dez dias depois, o acampamento contava com mais de 10 mil pessoas, divididas em oito grupos. Dos oito grupos formados, cada um tinha de 100 a 380 famílias e cada grupo elegeu um coordenador para cada vinte famílias. O grupo manteve um escritório para centralizar as informações e, para evitar o "inchamento" interno de cada grupo, foi feito um cadastramento com a relação de todos os componentes. Em cada grupo existia, ainda, uma subcomissão de segurança e uma cozinha comunitária, onde as refeições eram preparadas. Cabe destacar aqui, mais uma vez, a importância do papel das mulheres

na organização geral do acampamento. Num primeiro momento, elas tornaram habitável o espaço hostil, e, trabalhando coletivamente, transformaram as áreas comuns em prolongamento das habitações.

A prática da democracia interna foi outro fator importante para a coesão dos acampados. Dos oito grupos resultou a Coordenação Geral do Acampamento do Xapinhal, com 54 membros. As decisões mais importantes eram tomadas em Assembléia Geral pela maioria dos acampados. A partir desse momento de luta é que criaram a **Associação Nossa Senhora da Luta**.

O processo de negociação para a tentativa de retirada dos ocupantes da área se iniciou dois dias depois, com reuniões marcadas na Cohab, Prefeitura e com o governo do Estado. Uma delas ocorreu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social entre dois proprietários e os advogados dos ocupantes. No início, não se sabia ao certo o número de proprietários da vasta área; a imprensa falou em nove e, mais tarde, confirmou-se o número de quinze.

No dia 24 de outubro, o prefeito Roberto Requião, do PMDB, deu ordem para que se evitasse, a qualquer custo, o despejo das famílias que haviam ocupado o terreno e que a diretoria de **Alternativas Habitacionais da Secretaria de Desenvolvimento Social** fizesse jus ao nome, ou seja, estudasse alternativas à situação (Folha de Londrina, 25/10/88, p. 4)

Em reunião na Secretaria, com a presença de representantes dos ocupantes, dos 15 proprietários, da prefeitura e de líderes de partidos na Câmara de Vereadores, ficou acertado um período de 12 dias para se achar uma solução para os acampados. As soluções, no momento, passavam pela possibilidade de transferência das famílias para outros terrenos da Cohab, pela desapropriação, com ressarcimento, da área ocupada, ou ainda, a compra direta pelos próprios ocupantes, desde que fosse viável ao seu baixo padrão de vida.

Ocupações posteriores ocorreram próximas à ocupação do Xapinhal: Jardim Natal, em dezembro de 1990, envolvendo 540 famílias; Jardim Cristo Rei, em 25 de novembro de 1990, envolvendo o número aproximado de 490 famílias. Em 23 de agosto de 1991 ocorreu a ocupação da Vila Osternak por cerca de 400 famílias. O episódio ficou conhecido como o da II Ocupação do Xapinhal, pois foi organizada pela Associação do Xapinhal.

Outro movimento de grande envergadura foi a ocupação da Ferrovia, em setembro de 1991. Ele também imprimiu mudanças definitivas no cenário urbanístico curitibano. No início de 1991, o movimento popular tomou a decisão de cobrar a promessa feita em campanha de **um lote para cada família**, dessa vez coordenada pela entidade denominada União Geral dos Bairros.

Foi no bojo de toda a agitação de cobrança das promessas de campanha que as entidades congregadas em torno da União Geral dos Bairros começaram a voltar os olhos para o espaço da Ferrovia, terreno localizado na parte sul da cidade, que pertencera à Rede Ferroviária Federal, que, por sua vez, o repassara à prefeitura na época da gestão de Roberto Requião. Esse espaço foi fruto de cuidadoso planejamento por parte do Ippuc no sentido de transformá-lo em área habitacional. O projeto inicial recebeu o nome de *Moradias Eixo da Rede*. Até 1991 o espaço estava quase completamente abandonado, mas a Cohab estava iniciando um programa de habitação envolvendo as empresas localizadas no eixo da rede, que consistia em "repassar, praticamente a preço zero, terrenos para as empresas construírem apartamentos para revender a seus funcionários" (depoimento). A primeira empresa a aceitar o negócio foi o Banco Bamerindus, que construiu quatro conjuntos de apartamentos. Duzentas unidades, já haviam sido entregues aos seus funcionários na época da ocupação, e duzentas outras estavam em negociação. Também a empresa Ico Comercial já havia pago pela fração do terreno que seria por ela financiado. A ocupação ocorreu no feriado de Sete de Setembro e os jornais tiveram conhecimento em seguida: "Invasão. 3.500 famílias ocupam 5 áreas de Curitiba" (O Estado do Paraná, 8/9/91, p. 16.)

A ocupação adquiriu visibilidade e foi motivo de grande atenção por parte da imprensa, pois ela não foi concentrada num bairro periférico, a ponto de não incomodar o ritmo cotidiano da metrópole, pelo contrário, ela atravessou de forma longitudinal 14 quilômetros de cidade, sem excluir partes nobres, como o caso do bairro Portão. As autoridades, principalmente com o intuito de dar satisfação à opinião pública, viram-se obrigadas a reagir, nem que fosse em nível de discurso. O pedido de reintegração de posse foi feito pelos proprietários logo após a ocupação, em 10 de outubro de 1991, mas os esforços dos oficiais de justiça foram em vão. Em 12 dezembro, o juiz concedeu nova liminar, com reforço policial e, também dessa vez a expulsão não se efetivou.

Dentre todos os episódios de ocupação analisados, o da Ferrovia foi o mais polêmico. Esse acontecimento provocou, inclusive, a

instalação, na Câmara Municipal de Curitiba, em 1993, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os responsáveis pelas "invasões" de terrenos em Curitiba e região metropolitana.

As experiências de lutas coletivas que foram abordadas ao longo do trabalho se constituem em exemplos de exercício da cidadania. Elas, e outras experiências de igual envergadura, não devem ser compreendidas como de caráter circunstancial, em busca de uma conquista imediata. Foram forças instituintes, que questionaram a estrutura dominante, conseguiram articular setores sociais heterogêneos e fizeram avançar a construção de um novo tecido social.

As cidades, à medida que cresciam e atraíam pessoas de fora, foram criando mecanismos de exclusão social, diferentes a cada época, mas num **continuum** baseado na oposição cidade legal/cidade clandestina (ROLNIK, op. cit). No processo que teve como palco a cidade de Curitiba, a população pobre, que ficara à margem das benesses advindas com o crescimento planejado, colocou em xeque, no período de 1988 a 1992, ao mesmo tempo, o poder público, as elites econômicas - particularmente o setor formado por especuladores imobiliários - e a racionalidade técnica do planejamento, capitaneada por Lerner e os técnicos do Ippuc.

Contradições urbanas não explicam, por si sós, questões específicas. Os movimentos surgiram porque catalisaram, de forma singular, experiências e carências cujo resultado final foi o conflito seguido de negociação.

A população pobre lutou e buscou espaço no âmbito da legalidade enquanto achou ser possível encontrar soluções por essa via. Quando todos os esforços se mostraram inúteis, ela transgrediu a lei do direito à propriedade, baseada, no entanto, *num senso de transgressão legal* e numa *indignação moral* que lhe diz que a especulação imobiliária é crime e que o direito à moradia precede o direito à propriedade. A consciência de seus direitos baseia-se não só em parâmetros legais, mas naquilo que é julgado moralmente como justo e injusto.

Nessa fase, novas formas de convivência e de diálogo entre a sociedade e o poder público tiveram que ser colocadas em teste. Por seu turno, as pessoas envolvidas passaram por um processo de aprendizagem para a cidadania, no qual foi possível visualizar a incorporação de valores coletivos em substituição àqueles estritamente individuais.

As histórias de luta têm em comum a resistência à pobreza absoluta. Houve, em cada uma delas, um crescimento coletivo e também individual, no qual experiências foram sendo transferidas. No caso de Curitiba, ocorreu o "efeito dominó", quando uma ocupação estimulou outra e outra, sendo transmitidos os conhecimentos táticos e estratégicos indispensáveis para seu sucesso.

As ocupações provocaram impacto no traçado urbano curitibano e forçaram mudanças de atitudes por parte das autoridades no trato com a população organizada. Os episódios envolvendo, muitas vezes, milhares de pessoas, impediram a ação de forças repressivas. Ocupações de terrenos urbanos sempre ocorreram, a diferença está no tempo e na forma da ação. Esta afirmação é constatável pela grande mobilização da imprensa em torno dos acontecimentos e pela rapidez das autoridades em tentar "solucionar o caso", ao menos no nível dos discursos.

Na busca de solução do problema de moradia, inúmeras forças agiram em concerto para fazer o movimento caminhar -- partidos, igrejas, associações. A partir do fortalecimento desses movimentos foi inaugurado um novo patamar de negociações com os órgãos públicos. Um exemplo contundente desta afirmação foi o avanço ocorrido em Curitiba no que diz respeito à participação das entidades representativas na elaboração de critérios para a inscrição na COHAB e na negociação e escolha de lotes através do Projeto Lote Povo. Conta nessa relação o nível de preparo dos componentes do movimento que, ao longo de diversas lutas, foram acumulando experiência em negociações com as autoridades e dominando o saber especializado no campo do urbanismo.

Segundo dados do IBGE à época, apenas 6% dos brasileiros estavam filiados a partidos políticos, a associações de classe, sindicatos. No conjunto do trabalho, uma constante foi a demonstração do avanço no perfil associativo da periferia. Não apenas associações de moradores localizadas proliferaram mas, principalmente, as chamadas *entidades congregativas*, que se constituíram em nível de região, como é o caso da Organização do Xapinhã, ou aquelas que se constituíram com base em um linha política, como a União Geral de Bairros e, ainda, aquelas de caráter nacional, como a Central de Movimentos Populares. Nesta mesma direção, registre-se o início de uma imprensa própria dos movimentos comunitários, cujo **Jornal do Xapinhã** foi o primeiro de uma série. Assim, novas trincheiras de luta da sociedade civil foram se constituindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. S. Tecnocracia: saber ou poder?. *Tempo e Presença*, n. 274, mar/ab, 1994, p. 23-28.
- BOSCHI, R. R. (org.). *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO –CEFURIA. Movimento popular - balanço das lutas recentes e atuais desafios. Abr./1990. Mimeo.
- JACOBI, P. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia, *Espaços e debates*, vol. 2, n. 7, out/dez., 1982, p. 53-9.
- KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MAGALHÃES, M. V. A Migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. *Ipardes- análise conjuntural*, v.14, n.11-12, nov./dez. 1992, p. 3-9.
- MOISÉS, J. A. et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1982.
- MOISÉS, J. A. et alii. *Alternativas populares da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOISÉS, J. A. et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. Relação de áreas de subabitação em Curitiba, mimeo, 1993
- MOORE JR. B. *Injustiça*. As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, D. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 1995.
- GARCIA, M. D. O MAB - *Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e região metropolitana e a construção de uma nova prática política*. Dissertação de mestrado, Dep. de Sociologia Política - UFSC, 1990 .
- ROLNIK, R. Morar, atuar e viver. *Teoria e Debate*, n.9 jan/fev/mar/90. p. 98-119.

SCHERER-WARREN, I. LÜCHMANN. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Política e Sociedade – revista de sociologia e política*. n.5, out/2004. p. 11-34.

TONELLA, C. *O urbanismo do desespero: um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná (1985/1992)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, UNESP – Assis/SP, 1997.

VALLADARES, L. do P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2. edição, 1988.

Jornais Consultados:

GAZETA DO POVO, JORNAL DO ESTADO, O ESTADO DO PARANÁ, FOLHA DE LONDRINA, CORREIO DE NOTÍCIAS, DIÁRIO POPULAR .

Revistas consultadas

PANORAMA - Agosto/75

